

Agenda da vitória antecipada

VILLAS-BÔAS CORRÊA *

Embalado pela brisa baiana do sucesso, afagado pela popularidade, aplaudido nas ruas e desembocando na reta final da campanha com índices recordistas de tendência de votos que acenam com a eleição como senador proporcionalmente mais votado do país, o ex-governador Antonio Carlos Magalhães assume o êxito, o quinhão e a responsabilidade que lhe cabem nas projeções do futuro provável.

Na única brecha na agenda fechada de viagens para a arrancada das duas últimas semanas, encaixa tempo para conversa que estimula o exercício da especulação, sua distração favorita.

Do palanque da Bahia, para colocar ordem no balanço, relembra episódio pouco conhecido na virada da candidatura de Fernando Henrique Cardoso. A campanha engatinhava frouxa, desanimada, enrolada em desacertos e na aprendizagem política do candidato. As pesquisas registravam a oscilação dos percentuais na modéstia dos 14%, 15%, enquanto Lula curti a ilusão do pico dos 39%, que abria perspectiva da vitória por maioria absoluta no primeiro turno.

A memória incomum não erra datas no truque mnemônico que pendura o fio no lançamento do Plano Real, a 1º de julho, uma sexta-feira, para entrar em vigor na segunda-feira, dia 4. As artes da coincidência marcavam comício no dia 9 em Santa Maria da Vitória, município de pouco mais de 100 mil habitantes do oeste baiano, região do São Francisco. O aprendiz Fernando Henrique recebeu a lição do apoio popular, lavando o peito no encontro com a multidão que o aplaudiu brandindo cédulas do real.

Daí por diante, a campanha e o candidato ganharam alma nova. Pois a campanha, o candidato e a popularidade do presidente Itamar Franco penduraram-se no êxito do real. Na última excursão pela Bahia, no grande comício de Vitória da Conquista, Fernando Henrique passou emocionado recibo no estímulo na fase difícil de afirmação da candidatura.

É apenas um traço na caminhada. Mas infla a participação do estado na montagem do esquema que viabilizou a candidatura que lidera as pesquisas. ACM confia e torce pela vitória no primeiro turno. Justifica-se: a repercussão interna e externa seria multiplicada pelo ineditismo da eleição por maioria absoluta na rodada inicial de urna; FHC dobraria o prazo de que disporia, no caso da realização do segundo turno, para montar o ministério, articular entendimentos com os parlamentares eleitos para assegurar o indispensável apoio no Congresso e pela especialíssima razão política de contornar a indesejável radicalização na veemência da campanha bipolarizada do segundo turno.

A avaliação de Antonio Carlos Magalhães para o primeiro ano do eventual governo de Fernando Henrique é francamente otimista. Não enxerga nuvens no horizonte, desde que o presidente eleito não desperdice o instante mágico de plena legitimidade, força e prestígio da euforia da vitória e ocupe totalmente o espaço, não deixando vazios no poder.

**ACM afirma
que o único
compromisso
de FHC com o
PFL já foi**

Antes de fechar o raciocínio, algumas voltas para encaixe das peças. O ex-governador reserva para o

**resgatado: era
a vice.**

PT, com a bancada ampliada para prováveis 60 a 70 deputados, o pólo de aglutinação da oposição parlamentar ao futuro governo. A catarse da derrota de Lula sacudirá as estruturas do partido com as acusações cruzadas sobre os responsáveis pelo desastre. Muita louça será quebrada, com a varredura de cacos radicais antes que se restabeleça o equilíbrio do bom senso. O PT tem fôlego para dar a volta por cima e é conveniente que Fernando Henrique não enverede pelo atalho de tentar cooptar as fatias moderadas do partido ao invés de estabelecer diálogo respeitoso, franco e ostensivo em torno de propostas do interesse nacional.

O PDT minguará para o tamanho nanico da derrota. Muitos saltarão do barco antes do naufrágio, dispersando-se pelas siglas com maior identificação.

A oposição ressuscitará com o contraditório democrático, no contraponto à maioria governista, que ACM prevê ampla, folgando em mais de 250 a 300 deputados, atraídos por articulação competente que jogue na mesa os projetos de inadiável, aflitiva urgência, muitos exigindo emendas constitucionais.

Para situar o PFL no governo, ACM assegura que o único compromisso por Fernando Henrique com o partido já foi resgatado: a vice-presidência.

A liberdade para a montagem do ministério de inauguração do governo certamente que transitará pelas velhas regras políticas. O presidente não tem obrigações nem promessas a atender. O que não quer dizer que não buscará, por exemplo, cobrir as expectativas tucanas e do governador virtualmente eleito do Ceará, Tasso Jereissati, provavelmente mantendo Ciro Gomes como ministro da Fazenda.

A Bahia não tem faturas a cobrar, mas certamente que aspira marcar presença federal. Com a implosão certa do PMDB, o governo terá facilidades para entender-se com a dissidência pelos desimpedidos espaços da liderança ascendente do futuro governador do Rio Grande do Sul, Antonio Britto. O mosaico regional só se completará depois de conhecidos os resultados da eleição e dos entendimentos antes da posse.

ACM bate na mesa para marcar o compasso da esperança de um começo estimulante do governo FHC, empurrando o país para a decolagem de fase de desenvolvimento, estabilidade e modernização, ancorado no êxito duradouro e vital do plano econômico. Mas aposta na preocupação constante do presidente com os compromissos da sua vida com a dívida social.

* Repórter político do JORNAL DO BRASIL.